

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A NOVA FACE DA GESTÃO DOS NEGÓCIOS

Resumo

Elisete Dahmer Pfitsher

Universidade Federal de Santa Catarina
pdahmer@bol.com.br

Marilene Vilhene de Oliveira

Centro Federal de Educação Tecnológica da Santa

Michely Nascimento

Universidade Federal de Santa Catarina

Paulo César Pfitsher

Universidade Federal de Santa Catarina

As discussões sobre as questões ambientais têm adquirido ultimamente enormes proporções. A valorização do tema, que há muito deixa de ser apenas de ambientalistas, naturalistas e técnicos especializados na área, está a cada momento invadindo os muros das escolas e sendo inserida em seus currículos. Esta necessidade, em face da problemática ambiental vivida, tem levado a discussões, debates e busca de soluções para tais problemas. Nesta perspectiva, este artigo quer mostrar a valorização da educação ambiental como parte introdutória no mundo dos negócios, principalmente no sentido de prevenção e responsabilidade social. Mostrando modelos auto-sustentáveis e apontando o Ecoturismo *como* uma possibilidade de gestão para o mundo dos negócios. Portanto, a valorização da educação ambiental nas escolas é uma alternativa ímpar que contribui para esse novo paradigma.

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A NOVA FACE DA GESTÃO DOS NEGÓCIOS

1. Introdução

A conscientização pela valorização do meio ambiente busca atingir a gestão do mundo dos negócios. Através das instituições de ensino, grandes contribuições podem ser dadas, uma vez que a escola possibilita uma formação ambiental mais sólida aos futuros gestores. Nesse processo necessita-se de profissionais motivados com as questões ambientais e também comprometidos com a instituição. Isso para que possam desenvolver projetos estratégicos para ampliação das atividades de preservação ambiental dentro das empresas, culminando no desenvolvimento e produção daquilo que se considera ecologicamente correto e economicamente viável. Provavelmente, este será o grande desafio para as organizações, mas não impossível de vencer, se partir do pressuposto de que isso requer um modelo de profissional, que possa ser um agente transformador de sua própria prática e conhecedor dos problemas ambientais. No âmbito das instituições de ensino, à medida que haja um avanço nas discussões sobre a crise ambiental, à busca pela qualidade de vida, os problemas de desenvolvimento econômico e a responsabilidade do homem em relação ao meio ambiente, os desafios tendem a ser vencidos.

Portanto, este artigo traz algumas considerações sobre a importância da educação ambiental trabalhada nas instituições de ensino, como alicerce para uma gestão no mundo dos negócios de tal forma que possam apresentar um diferencial no trato com as questões ambientais. Nesta nova face, o ecoturismo aparece como alternativa de se equacionarem atividades que viabilizem aprendizagem e lucratividade, além do resgate com a valorização ambiental.

Ao longo das décadas houve uma visão distorcida de desenvolvimento dissociando-o da preservação ambiental. Para alguns, este desenvolvimento só pode acontecer com algum prejuízo ao meio ambiente. Hoje, percebe-se que a sociedade após vivenciar tantas catástrofes ambientais, tem percebido que o desenvolvimento tecnológico pode caminhar junto com a preservação do ambiente, desde que para isso se estabeleçam modelos de gestão que assegure um desenvolvimento sustentável. Não somente como uma forma de amenizar a atual situação ambiental, mas também porque o homem percebe que depende da natureza para sobreviver e obter uma melhor qualidade de vida. Assim novas políticas podem incentivar um paradigma de crescimento responsável ambiental e social, com a criação de pequenas empresas, tendo uma união da ecoeficiência e a eficácia econômica.

2. Inserção da problemática ambiental nas instituições de ensino

As mudanças educativas, voltadas à construção de um cidadão crítico e participativo, consciente de seu papel social, têm dado oportunidades de se desenvolverem práticas pedagógicas que possibilitem o rompimento com as concepções positivistas e fragmentadas que se formam em relação ao mundo e em relação à responsabilidade social de cada ser humano.

Para Medina (1999 p. 22): “As mudanças educativas relacionam-se com a organização social como um todo; a evolução de suas necessidades não é somente um problema político ou técnico”. Partindo desse pressuposto, entende-se que as instituições de ensino tendem cada vez mais a buscar e concretizar ações pedagógicas voltadas às questões sociais e ambientais. Nesta perspectiva é emergente que se estabeleçam parâmetros claros e precisos para incorporação desta nova proposta de trabalho ao projeto político pedagógico das instituições, além de se estender a um trabalho multidisciplinar, culminando assim, com mudanças de comportamentos na comunidade escolar e, criação de modelos alternativos que possibilitem uma variável estratégica no mundo capitalista: a relativa ao meio ambiente e aos aspectos ecológicos.

Tais mudanças comportamentais podem ser evidenciadas, à medida que, em pesquisa realizada na UFSC, nos últimos três semestres, o curso de Ciências Contábeis, até há alguns períodos, trabalhando mais na área econômica especificamente, vem apresentar seus trabalhos de monografias, com porcentagem relevante na área de responsabilidade social, balanço social e contabilidade ambiental, mostrando desta forma, uma estrutura de mudança na instituição. Isso quanto às empresas em que os alunos executaram as pesquisas, bem como pela fundamentação teórica sobre o assunto, através de pesquisas bibliográficas. Apesar destas evidências, também se sabe que algumas empresas aparentam preocupação pelas questões ambientais em função do *marketing*, mesmo assim, esta pode ser o passo inicial para uma nova trajetória no mundo dos negócios.

Significa que para trabalhar a educação ambiental nas instituições de ensino, é preciso pensá-la a partir de sua real complexidade, atentando para uma visão macro do mundo globalizado, das relações sociais e econômicas, na busca por um desenvolvimento sustentável e solidário. Nesta ótica, cabe ainda mostrar alguns conceitos básicos na área ambiental, conforme figura 1.

Ordem	Termo	Definição
01	Natureza	Todos elementos biológicos e físicos do universo que não foram diretamente criados e/ ou manipulados pelo ser humano.
02	Ambiente	Espaço físico do que ocorre uma complexa interação entre elementos naturais e elementos culturais (humanos).
03	Ecossistema	Unidade biogeográfica, que contém um conjunto de inter-relações sistêmicas, entre organismos vivos e o meio físico que eles habitam.
04	Bioma	Conjunto contíguo de ecossistemas de dimensão continental que demonstra certas unidades nas suas relações ecológicas.

05	Biodiversidade	Quantidade e dispersão das diferentes espécies de flora e fauna que habitam uma área geográfica determinada.
06	Conservação	Políticas e ações destinadas a resguardar recursos naturais.
07	Preservação	Políticas e ações destinadas a garantir a integridade e a perenidade dos ecossistemas.
08	Proteção ambiental	Políticas e ações destinadas a manter a qualidade geral do ambiente em questão.

Fonte: (LITTLE, 1999).

Figura 1: Conceitos básicos na área ambiental

O conjunto de conceitos e termos especializados quer enfatizar a complexidade e a problemática ambiental que as instituições de ensino também devem figurar como responsáveis, uma vez que muitos conceitos adquirem na prática significados múltiplos e às vezes contraditórios, cabe a universidade esclarecer, para então operacionalizá-los numa maneira uniforme. (LITTLE, 1999, p. 95).

Na verdade, o que se precisa é buscar constantemente esclarecimentos e conhecimentos que possam auxiliar na convivência do homem com a natureza, fazendo com que este, passe a utilizar os recursos naturais de forma planejada e criteriosa. Na medida em que o homem passa a explorar os recursos naturais, respeitando as suas limitações, este passa a se inserir no processo de forma satisfatória, tornando-se parte integrante dele. Esta preocupação já vem sendo discutida no mundo para conscientizar o homem da sua responsabilidade com o meio ambiente, conforme mostram as figuras 2 e 3 com a evolução histórica dos acontecimentos marcantes dos últimos trinta anos.

Ano	Local	Descrição
1968	Clube de Roma	Discussão sobre a crise atual e futura da humanidade
1972	Estocolmo Suécia – ONU	Declaração sobre o ambiente humano-surgimento das políticas de gerenciamento ambiental e reconhecimento na dimensão humana neste processo. Carta de Estocolmo – recomendação nº 19: educação ambiental – elemento crítico como combate à crise ambiental
1975	Belgrado, Iugoslávia - UNESCO.	Encontro Internacional de Educação Ambiental. Formulação dos princípios e orientações para um programa internacional de educação ambiental
1977	Tbilisi, Geórgia, URSS- UNESCO e PNUMA.	Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Declaração de Tbilisi – objetivos, finalidades, princípios e estratégias – Marco conceitual em educação ambiental.
1979	Costa Rica- UNESCO	Encontro da Educação Ambiental para a América Latina
1987	Moscou, URSS-UNESCO e PNUMA.	Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental
1992	Rio de Janeiro, Brasil – ONU (ECO 92)	Conferência Internacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. AGENDA 21 – Documento Oficial da ONU – um roteiro para alcançar o desenvolvimento sustentável

1997	Tessalonica, Grécia - ONU.	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para Sustentabilidade
------	----------------------------	---

Fonte: (CRIVELLARO, 2001).

Figura 2: Evolução histórica da educação ambiental no mundo

Este breve levantamento histórico mostra a preocupação existente pela educação ambiental por especialistas desde 1968, sendo que ainda não se pode deixar de salientar a colaboração de Albert Schweitzer, com a ética ambiental, que fez com que merecesse o Prêmio Nobel da Paz em 1952 (CRIVELLARO *et al*, 2001, p. 13). Percebe-se, assim, que a importância vem aumentando no decorrer do tempo e, neste sentido, uma situação marcante ocorre em 1977, quando se conceitua a dimensão dada ao conteúdo e prática da educação orientada para solucionar concretamente problemas do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares, mostrando, desta forma, a responsabilidade das instituições de ensino neste contexto. Vinte anos após, em 1997, tem-se a avaliação da educação ambiental, no período citado. Apresentam-se também aspectos da ECO 92 que, através da agenda 21, no seu capítulo 36, destaca a Promoção do Ensino, da conscientização do treinamento de educadores. Ainda nesta trajetória, vale salientar as situações ocorridas no Brasil, melhor demonstradas na figura 3.

Ordem	Ano	Evento
I	1987	Parecer 226 do Ministério da Educação e do Desporto - Indica o enfoque interdisciplinar da educação ambiental.
II	1988	Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental, Ibirubá/RS
III	1988	Constituição Brasileira- Art 225 – Inciso VI
IV	1994	III Fórum de Educação Ambiental – São Paulo/SP
V	1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB – nº 9394/96
VI	1997	IV Fórum de Educação Ambiental – Guarapari
VII	1997	Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN: Temas Transversais (Meio Ambiente, Ética, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual)
VIII	1997	Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental – Brasília/DF
IX	1999	Regulamentação do Inciso VI, do Parágrafo 1º do Art. 225, da Constituição Federal, sancionada em 27 de abril a lei 9.795, que “dispõe sobre a EA, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”.

Fonte: (CRIVELLARO, 2001).

Figura 3: Evolução histórica da educação ambiental no Brasil

Quando se trata da Constituição de 1988, no que descreve o art. 225, de que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” e, o Inciso VI, que orienta “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Neste sentido, o que se

pretende é enfatizar a idéia da presença do ensino, na formação do homem, também como uma obrigatoriedade legal. Buscando explicar mais sobre EA, tem-se a conceituação como:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (LEI EDUCAÇÃO AMBIENTAL 9.795,1999).

Percebe-se que algumas instituições de ensino têm demonstrado o interesse na melhoria contínua do processo. Pode-se citar como exemplo, o caso do Lavoisier, colégio conceituado na grande Florianópolis, que tem praticado tanto no ensino formal, como também nas reuniões, o interesse pela EA, procurando assim, evitar desperdício de papel nas informações enviadas, fornecendo-as via endereço eletrônico. Tal atitude contribui para que aconteça uma mudança comportamental também na família do aluno e não só no público acadêmico. Entende-se com isso, que o resgate desta problemática começa a ser bem melhor enfatizada no dia a dia das escolas e da sociedade. Outro exemplo de Educação Ambiental é o do CEFET/SC que lançou no mês de abril de 2003, o Projeto de “Responsabilidade Sócio-Ambiental”, tendo como objetivo o desenvolvimento da compreensão e da construção de uma nova racionalidade ambiental, ou seja, aquisição de saber e do saber-fazer ecológico, desenvolvendo habilidades e permitindo ao aluno a compreensão crítica da problemática sócio-ambiental. Nesta perspectiva, tais iniciativas possibilitam a formação de profissionais atuantes e multiplicadores das ações de EA com a gestão no mundo dos negócios.

3- A gestão no mundo dos negócios e a educação ambiental

O controle de gestão nas empresas tem sofrido mudanças de relevada importância quanto à valorização da educação ambiental. Os negócios tendem a obter sucesso quando inserida na visão da instituição a valorização do meio ambiente, até para salvaguardar a valorização do próprio patrimônio.

Segundo Mosimann e Fish (1999 p.81 citado por BEUREN, 2002, p.31): “O controle do sistema empresa visa salvaguardar o patrimônio e o rumo da empresa, garantindo sua continuidade e cumprimento de sua missão. Para tanto, necessita da definição de metas e padrões”.O direcionamento destas metas pode levar a um *status quo* diferenciado daquele que se pensava há cinco anos. Implementar uma forma de gestão em que se valorize a questão ambiental, passa a ser não somente uma necessidade das empresas, ou o fato de uma empresa estar causando poluição e degradação ambiental, cujos custos poderão ser cobrados a qualquer momento pela sociedade, mas principalmente, o resultado de uma percepção de que as questões sociais, políticas e econômicas estão diretamente ligadas ao meio ambiente.

Por outro lado, observa-se que atualmente, a sociedade também está mais criteriosa em relação a essas questões. Pode-se dizer que isso é o resultado de várias iniciativas

que se teve de discutir e refletir sobre a problemática ambiental no mundo dos negócios. Este processo de mudança de comportamento, apesar de lento e tímido, faz com se constate que já existem restrições por parte de alguns, em comercializar ou consumir produtos que afetam negativamente a natureza. Isso vem refletir diretamente nas empresas, colocando em risco o capital e a continuidade de seus negócios.

Nesta ótica, cabe a empresas se estruturar e adotar um *benchmarking* ambiental, que pode ser entendido como um processo contínuo e sistemático de reconhecimento, avaliação e adoção/adaptação dos melhores métodos e práticas utilizados por empresas reconhecidas como líderes no comprometimento com o meio ambiente. Sendo que ainda esta forma de visualizar as operações da empresa, compreende desde a identificação de materiais e processos até às suas propriedades mecânicas e físicas, envolvendo fatores do meio ambiente, custos, certificações, acabamento e reciclagens (ALMEIDA; CAVALCANTI; MELLO, 2002, p. 19).

Pode-se citar como exemplo, a empresa Nardelli, situada em Rio do Oeste, neste estado, que atua na produção e comercialização de alimentos orgânicos, arroz, geléias e conservas, com o objetivo de levar ao consumidor produtos que atendam não somente padrões de consumo e mercado, mas que cumpram também com a valorização do meio ambiente. Um dos programas executados por esta empresa, leva em consideração produção de alimentos ecologicamente corretos e viáveis ao pequeno produtor, cultivando as lavouras de arroz integradas com marrecos e peixes. Isso possibilita também agregar valor nas propriedades com outras atividades, bem como auxiliar na sustentabilidade social, proporcionando parcerias com famílias de pequenos produtores.

Frente a essa nova realidade, as empresas apontam para a preocupação de manter as suas atividades produtivas de tal forma, que evidencie um equilíbrio entre os resultados econômicos e as expectativas da sociedade pela preservação do meio ambiente. Assim, a empresa pode contribuir positivamente para um resultado global, em que determina a sua responsabilidade e missão social. Ainda nesta perspectiva evidencia-se que:

O envolvimento das empresas e dos administradores com as normas e políticas para um ambiente despoluído, embora seja um passo importante para a difusão das preocupações ambientais e das práticas protecionistas, pode não produzir os resultados esperados, ao menos a curto prazo. Por estarem acostumados a transferir ou a socializar os custos ambientais, para conseguirem maior retorno sobre os investimentos, os administradores tornam-se refratários tanto a praticar, quanto a liderar o movimento por tecnologias mais eficientes, temendo custos adicionais e a conseqüente perda de competitividade de suas empresas (RATTNER, 1993, p. 223).

Observa-se que para tratar dessa problemática e, ao mesmo tempo, oferecer condições favoráveis a um desenvolvimento sustentável é preciso se investir na educação ambiental, na qual as instituições de ensino têm responsabilidade ímpar. Para tanto, é fundamental a criação de mecanismos que viabilizem espaços de discussões sobre

esses temas. Assim podendo desenvolver projetos que apontem alternativas para a motivação e definição de um estilo de vida alternativo para as gerações presente e futura. É indispensável no âmbito das escolas que os padrões de comportamento, de produção e de consumo, atendam, ao mesmo tempo às necessidades básicas para cada indivíduo podendo desfrutar de uma vida saudável em conformidade com um ambiente conservado.

Atendendo a estas necessidades consideradas essenciais para se aliar educação ambiental e gestão de negócios, apresenta-se, dentre as atividades desenvolvidas no mundo dos negócios, o ecoturismo, como possibilidade de se desenvolver tanto no âmbito das empresas, quanto no âmbito das instituições de ensino, um trabalho de educação ambiental, pois se entende que tal atividade é um caminho ao desenvolvimento sustentável e um potencial sobre as relações sociais, culturais, políticas e ambientais.

4- O ecoturismo como uma das alternativas a ser incentivada pelas instituições

As atividades de turismo convencional e de ecoturismo vem crescendo vertiginosamente, apontando para um mercado bastante promissor. Apesar desse crescimento, há muito que o ecoturismo vem sendo tratado como uma mercadoria, onde se colocam à disposição dos clientes os mais lindos redutos que a natureza reserva. Estes lugares sofrem ameaças constantes de seus visitantes que, desinformados, passam a explorá-los de maneira irresponsável, colocando em risco a vida desses ecossistemas.

O desafio para o ecoturismo é também na tentativa de utilizar a dinâmica de suas atividades, com maior grau de sustentabilidade ambiental. Isto significa dizer que a utilização dos recursos naturais seja realizada de forma não predatória. Ainda, a essencialidade do ecossistema e a inter-relação com a valorização do homem na proteção destes recursos enfatizam uma idéia de conjunto viável para as empresas quando estas possam saber efetivamente os seus planos de ação e o marco lógico a que estão inseridas.

Para se entender os planos de ação e o relacionamento com o marco lógico, torna-se interessante conceituá-lo. Segundo Vieira, 1999, p. 281: “O marco lógico é uma ferramenta que vem sendo preconizada no processo de planejamento participativo, particularmente na sistematização da informação essencial relativa a projetos e programas”. Neste sentido as empresas interessadas em trabalhar com ecoturismo necessitam primeiramente definir os objetivos, as atividades, previstas, as responsabilidades para buscar minimizar os impactos ambientais que possam surgir com a execução de todas atividades relacionadas ao ecoturismo.

Ainda vale ressaltar, que proporciona uma melhor compreensão e envolvimento das partes, incluindo funcionários, fornecedores, como também o público consumidor. Facilita uma definição e avaliação mais precisa dos objetivos, metas e riscos, mostrando a avaliação do *ex-ante*. Enfim proporciona de forma lógica o plano de execução, monitoramento e avaliação do processo. Constitui-se também em uma ferramenta de aprendizagem, quando exercido de forma contínua, com análise dos resultados obtidos periodicamente. A figura 4 mostra melhor a matriz marco lógico envolvida no ecossistema.

Resumo Narrativo De Objetivos/ Atividades	Indicadores	Meios de Verificação	Supostos riscos
Fim Definição de como a empresa pode utilizar os recursos naturais, minimizando os impactos.	Mede o impacto que tem o projeto. São especificados em termos de quantidade, qualidade e tempo.	São fontes de informação suscetíveis de ser utilizadas para verificação do alcance do fim do Projeto. Incluem-se materiais publicados (contribuições científicas).	Indicam os acontecimentos, as condições ou decisões importantes necessárias para assegurar sustentabilidade, ou seja, continuidade no tempo dos benefícios gerados pelo projeto.
Propósito É o impacto direto a ser alcançado como resultado da utilização dos componentes produzidos pelo projeto, ou seja, uma hipótese sobre o impacto ou benefício que se deseja alcançar.	Descrevem os impactos diretos alcançados no final do projeto.	São fontes que o executor ou avaliador pode utilizar para averiguar se os indicadores estão sendo alcançados. Podem sinalizar problemas e sugerir a necessidade de mudanças.	Indicam os acontecimentos, as condições ou decisões a ocorrer para que o projeto contribua significativamente para que seja alcançado seu fim.
Componentes São as obras, capacitação e serviços previstos no projeto.	São descrições sucintas e precisas, dos componentes previstos no projeto.	Indicam onde podem ser encontradas as fontes de informação para mensuração dos resultados obtidos. As fontes podem incluir inspeções, relatórios de coordenações e departamentos.	São os acontecimentos, as condições ou as decisões que devem ocorrer para que os atores envolvidos alcancem o propósito.
Atividade São as tarefas a serem desenvolvidas para completar cada um dos componentes previstos no projeto e que impliquem custos. Para cada componente é feita uma lista de atividades em ordem cronológica.	Inclui-se o orçamento para cada um dos componentes do projeto.	Indica-se onde é obtida a informação para averiguar-se a execução do orçamento. Normalmente constituem-se os controles.	São os acontecimentos ou decisões, fora do controle, do mecanismo de gerenciamento/controle do projeto, que devem ocorrer para que sejam completados os componentes do projeto.

Fonte: Adaptado de VIEIRA (1999).

Figura 4 – Matriz Marco Lógico para valorização do ecossistema

Existe uma ligação com as instituições de ensino e as empresas envolvidas no ecoturismo, quando se refere aos meios de verificação e finalidade da matriz marco-lógico, tendo a complementação com projetos, incluindo publicações (contribuições

científicas), valorizando o meio ambiente. Estas podem ser disponibilizadas ao público consumidor e visitante das áreas contempladas pelo ecoturismo. Seguindo o resumo narrativo de objetivos e atividades, analisando os indicadores, meios de verificação e supostos riscos, as empresas podem sentir-se mais preparadas para enfrentar a problemática construída na valorização do meio ambiente, com a demanda de bons negócios, sem interferir de forma impactante a sustentabilidade ambiental e, por conseguinte econômica, já que se necessita ter uma possibilidade de continuidade no mercado com bons resultados também financeiros. Em se tratando ainda da sustentabilidade pode-se relatar também os aspectos sociais, que se favorecem nesta forma de atuação.

Cabe assinalar ainda que as empresas que atuam no mercado de turismo e que não estão preparadas para desenvolverem tais atividades estão preocupadas em criar excursões, com viagens alternativas e pitorescas aos ambientes naturais, fazendo do ecoturismo uma atividade meramente comercial e de lazer, atendendo assim, as expectativas de um público, que fugindo da rotina estressante da vida urbana, procura no ecoturismo uma compensação prazerosa para a vida. Para Krakauer,

Na vida urbana contemporânea, o contato com o ambiente natural torna-se cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais, e que o envolvimento do homem tecnológico (ausente da decrescente população rural) com a natureza, é mais recreacional do que vocacional (KRAKAUER, 1999, p. 46 *apud* BRUHNS, 2000, p.31).

Nesta ótica, o ecoturismo tende a atrair adeptos, à medida que exige uma mudança de visão e comportamento por parte das empresas que atuam no mercado, bem como nas pessoas que gostam e fazem ecoturismo. Assim a responsabilidade das empresas em vender seus serviços de forma que percebam que suas atividades podem impactar o meio ambiente é o ponto de partida para a busca de estratégias e ações menos impactantes, comprometendo-se desta forma com a preservação ambiental. Vale evidenciar o conceito dado pela EMBRATUR, autarquia responsável pelo setor de turismo no Brasil, que considera o ecoturismo como:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (RUSCHEL e ASSOCIADOS, 1995, p.7 *apud* SERRANO, 1999, p.17).

Portanto, o ecoturismo visto pela ótica da sustentabilidade ambiental, requer o desenvolvimento do processo de educação ambiental, objetivando assim, uma nova percepção ambiental. A educação ambiental por sua vez, desenvolvida no espaço das instituições de ensino pode e deve promover ações voltadas às atividades de ecoturismo, imputando na comunidade escolar, hábitos e atitudes que levem ao respeito à natureza, de forma tal, que essas atividades conciliem o lazer e a preservação dos ambientes naturais. As atividades de desenvolvimento de ecoturismo possibilitam uma maior integração com as comunidades locais, além de funcionarem

como fonte de informações sobre os ambientes naturais por meio de programas e das visitas aos redutos naturais. Assim, o ambiente escolar oferece oportunidades de se trabalhar no grupo, a concepção de que a natureza não se apresenta somente como um grande parque de diversões, onde as pessoas usufruem seus espaços sem nenhum compromisso, retornando às suas casas como se nada tivesse acontecido. Cabe às instituições de ensino abandonarem a idéia de que as visitas aos parques ecológicos e outros locais naturais, são apenas atividades recreativas em que as crianças ou jovens vão com a intenção de se divertirem e que ao retornarem à sala de aula, fazem algumas atividades relacionadas à visita e depois encerram o assunto.

A responsabilidade social que se tem com o meio ambiente, a partir das instituições de ensino, apontam para o desenvolvimento de um trabalho mais audacioso, visando à formação também de futuros gestores que podem atuar no mercado de trabalho, tanto na área do ecoturismo, quanto em outro tipo de negócio. Um programa bem definido de educação ambiental motiva às pessoas a se responsabilizarem por suas ações envolvendo-as e criando novos valores, comportamentos adequados à preservação de um ambiente sadio e, conseqüentemente, de uma maior qualidade de vida. Tais evidências afirmam que, a responsabilidade social que se tem com o meio ambiente, que perpassa por várias esferas da sociedade, dentre elas a escola, deve apontar para a preservação e respeito desses espaços, considerados verdadeiros patrimônios naturais, garantindo, assim, que as futuras gerações tenham também o direito de usufruí-los.

5- Conclusões

Um processo de atuação responsável na valorização do meio ambiente começa acontecer quando se tem reciprocidade dos valores ambientais e econômicos, numa situação de parceria, onde ambas as partes tem vantagens, principalmente pela diminuição de custos e benefícios nas vendas de produtos naturais com qualidade desejada pelo público consumidor. A demanda por estes produtos tem aumentado e muitas empresas ainda não estão devidamente estruturadas. Para tanto o controle pode ser evidenciado pelo *benchmarking* ambiental, onde os impactos tendem a aparecer com maior ênfase, mostrando pontos falhos e possibilidades de melhoria.

Este *status quo* nas empresas mostra uma trajetória a ser seguida, como uma linha e conduta, que engloba tanto um trabalho de conscientização para favorecer as mudanças dos paradigmas criados anteriormente sobre o meio ambiente, quanto à busca de melhoria na qualidade do produto a ser oferecido no mercado.

Quando se coloca o ecoturismo como uma alternativa viável de se oferecer, tanto pelas instituições de ensino, quanto pelo mercado do turismo, acredita-se numa busca de caminhos que possam conscientizar as potencialidades educativas e transformadoras do contato com a natureza. Isso de forma tal, que vem contribuir para uma adequação entre as empresas de turismo e um mercado consumidor bastante significativo. Apontando assim, para um desenvolvimento sustentável em que atenda as necessidades do presente, sem comprometimento do futuro.

Ressalta-se ainda que o ecoturismo, ora apresentado, é apenas um dos exemplos que abrem novas perspectivas de negócios bem sucedidos e responsáveis na área

ambiental, aliando-se a isso um trabalho de educação ambiental que começa a partir das escolas, caracterizando-as como parceiras para o bom êxito das empresas.

Assim, longe de se esgotar o assunto sobre meio ambiente e negócios a educação ambiental pode ser apresentada como uma ferramenta fundamental, bem como a gestão no mundo dos negócios a partir do *benchmarking* ambiental pode ser o aporte ao desenvolvimento das empresas, na busca de encontrar um modelo de gestão que contribua para uma melhor qualidade de vida e harmonia do homem com a natureza, enfatizando a idéia dos interesses ecológicos e econômicos.

6. Referências

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; CAVALCANTI, Yara; MELLO, Cláudia dos S. **Gestão Ambiental: Planejamento, Avaliação, Implantação, Operação e Verificação**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. **O papel da controladoria no processo de gestão in** Controladoria – agregando valor para a empresa. São Paulo: Bookman Cia Editora, divisão Artmed Editora S.A. 2002.

BRASIL. Lei nº 9795, 27 de abril de 1999 – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, v.138, n. 79. Brasília: Imprensa Nacional, 1999.

BRUHNS, Heloisa Turini. **Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação in** A educação pelas pedras ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.

CRIVELLARO, Carla Valéria Leonini; MARTINEZ NETO, Ramiro & RACHE, Rita Patta. **Ondas que te quero mar: Educação ambiental para comunidades costeiras: Mentalidade Marítima**. Porto Alegre: Gestal/NEMA, 2001.

KRAKAUER, Jon. **Sobre homens e montanhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LITTLE, Paulo. **Agropolos e meio ambiente: a dimensão conceitual**. In Agropolos, uma proposta metodológica. Brasília: Abipti, 1999.

MEDINA, Naná Mininni & SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: Uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Silvio. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

RATTNER, H. **Desenvolvimento sustentável** - Tendências e perspectivas. III Simpósio de Ecossistemas da Costa Brasileira, ACIESP, 1993.